

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guaranases, 1238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



→ continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.914.286	391.579	20.258	2.486.025	(203.519)	5.588.607	5.588.607
Dividendos intermediários - exercícios anteriores					(577.789)		(577.789)	
Aumento/redução de capital:								
PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 1.288		20.000	(20.000)	-	-	-	-	-
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.324		213.965	(213.965)	-	-	-	-	-
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.330		135.614	(135.614)	-	-	-	-	-
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.446		22.000	(22.000)	-	-	-	-	-
AGE de 30 de maio de 2023		-	-	-	877.473	-	877.473	877.473
AGE de 30 de outubro de 2023		-	-	-	733.591	-	733.591	733.591
AGE de 10 de novembro de 2023		-	-	-	(187.150)	-	(187.150)	(187.150)
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 119		(1.094.960)	-	-	-	-	(1.094.960)	(1.094.960)
Reserva de reavaliação:								
Realização		-	-	(28.141)	-	-	28.141	-
Outros		-	-	9.535	-	-	-	9.535
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas		-	-	-	125.878	-	125.878	125.878
Ações outorgadas controladora/controladas		-	-	-	(73.298)	-	(73.298)	(73.298)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	100.119	100.119	100.119
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	1.711.672	1.711.672
Destinação do resultado:								
Reserva legal		-	-	-	30.583	-	(30.583)	-
Reservas estatutárias		-	-	-	1.050.280	-	(1.050.280)	-
JCP (R\$ 0,53 por ação)		-	-	-	-	-	(366.950)	(366.950)
Dividendos mínimos e intermediários (R\$ 0,42 por ação)		-	-	-	-	-	(292.000)	(292.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.210.885	1.423.914	1.850	3.021.679	(103.400)	6.554.728	6.554.728
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	25 e	-	-	-	(822.000)	-	(822.000)	(822.000)
Aumento/redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.082		1.611.064	(1.611.064)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.094		187.150	(187.150)	-	-	-	-	-
AGE de 31 de outubro de 2024		-	-	-	35.000	-	35.000	35.000
AGE de 27 de dezembro de 2024		-	-	-	140.500	-	140.500	140.500
Reserva de reavaliação:								
Realização	25 c	-	-	(2.963)	-	-	2.963	-
Outros		-	-	1.090	-	-	-	1.090
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	25 f	-	-	-	133.270	-	133.270	133.270
Ações outorgadas controladora/controladas	25 f	-	-	-	(116.571)	-	(116.571)	(116.571)
Ajustes de avaliação patrimonial	25 b	-	-	-	-	(176.847)	(176.847)	(176.847)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	1.566.917	1.566.917
Destinação do resultado:								
Reserva legal		-	-	-	78.346	-	(78.346)	-
Reservas estatutárias		-	-	-	931.999	-	(931.999)	-
JCP (R\$ 0,21 por ação)	25 e	-	-	-	-	-	(459.535)	(459.535)
Dividendos mínimos e complementares (0,42 por ação)	25 e	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.634.799	175.500	(223)	3.226.723	(280.247)	6.758.552	6.758.552

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 8 de setembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaranases, 1238 - Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo o território nacional. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob o sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Participação	Participação
Porto Seguro S.A.	99,90%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	41,0%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	20,1%
Itaú Unibanco S.A.	18,1%
Rosag Empreend. Participações S.A.	15,8%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Ações em circulação	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	32,9%
Jaime Brasil Garfinkel	30,5%
Cleusa de Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	10,0%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	25,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	51,7%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	30,3%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às supervenientes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, a somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considere-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio de adoção, que lhe assegure o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, alterando inclusive, seus resultados sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas: Azul Companhia de Seguros Gerais, Porto Seguro Vida e Previdência, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Capitalização, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOPTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 40 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 40 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOPTADAS

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A nova norma alterou artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 1º de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando principalmente os dispositivos relacionados às provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, instituiu que a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurar individualmente no processo de constituição e mensuração da redução ao valor recuperável (RVR) dos ativos de resseguro e prêmios a receber. Além disso, referendou em seu art. 138, que na aplicação do CPC 48, os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submeteridos, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, a necessidade de constituição de eventuais reduções, a valores recuperáveis.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de "impairment" dos seus ativos financeiros.

Apesar do CPC 48 reter em grande parte os requerimentos existentes do CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, em relação à classificação e mensuração de valor justo foram eliminadas as categorias para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são:

- (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- (iii) mensurados ao custo amortizado.

(II) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

(III) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são realizados em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

(III) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO:

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2024:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Atividades operacionais	1.566.917	1.711.672
Resultado do exercício	1.566.917	1.711.672
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	243.569	196.336
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(12.348)	(4.454)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	1.761	1.442
Provisões técnicas - seguros e resseguros	774.424	1.139.345
Resultado de equivalência patrimonial	(301.098)	(519.665)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	357.311	(1.394.904)
Créditos das operações com seguros	(1.044.474)	(1.029.355)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	26.072	(20.707)
Créditos tributários e previdenciários	(54.370)	39.811
Ativo fiscal diferido	(156.777)	(42.915)
Despesas antecipadas	5.635	(42.967)
Depósitos judiciais e fiscais	(46.559)	(58.017)
Custos de aquisição diferidos	(193.235)	(248.793)
Impostos e contribuições	535.888	519.657
Outras contas a pagar	148.674	793.337
Débitos das operações com seguros e resseguros	141.176	82.474
Depósitos de terceiros	(4.032)	45.349
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	53.686	250.813
Provisões judiciais	47.709	62.183
Passivos de arrendamento	(8.757)	(1.217)
Outros passivos	(52.488)	384.146
Caixa gerado/consumido pelas operações	400.000	423.211
Recebimentos de dividendos e JCP	(550.348)	(534.659)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.926)	(22.852)
Juros sobre captação de recursos pagos	2.075.208	820.522
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.075.208	820.522
Atividades de investimento		
Aumento/redução de capital - controladas	(147.158)	-
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	842	30.533
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(99.870)	(97.019)
Intangível	(22.081)	(196.263)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(473.287)	(262.748)
Atividades de financiamento		
Captação de recursos	120.000	-
Distribuição de dividendos e JCP	(1.312.605)	(1.129.697)
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (saetos juros)	(107.202)	(14.827)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.299.807)	(1.144.524)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	302.134	(566.750)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	110.655	697.405
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	412.789	110.655

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Classificação - CPC 38 vigente até 31/12/2023	Nova classificação - CPC 48 vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulante, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulante.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os saldos são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/avaliação de saldos após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024, exceto pelas normas exigidas decorrentes da Circular SUSEP nº 678/2022, que podem ser consultadas nas notas explicativas nºs 3.1.3 e 3.2.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(I) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(I) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(II) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituindo apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros dos títulos, calculados com o método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo lançada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda consistente permanente ("impairment").

(III) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituindo apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, primária a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são classificados no "Impairment" na conta de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação

continua →

DANIELE
GOIAES
YOSHIDA
18199

Esta publicação é certificada pelo Estado, e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor do Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
<https://relacionamento.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificados quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utilize informações internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é baseado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ABIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimento.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexiva). Já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios dos seguros sejam impactados por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNPS e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo proporcionar a parcela dos prêmios não ganhos, referentes aos riscos assegurados, cuja vigência já se iniciou e que estão em processo de emissão.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assegurados, cuja vigência já se iniciou e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruto dos ajustes de resseguro e líquida de conseqüência. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNA), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até a liquidação. A IBNA é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores referentes a despesas relacionadas com o andamento da provisão de sinistros, tais como honorários advocatícios e não advocatícios, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus prazos de liquidação.

3.1.3.2. TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação dos Passivos em cada data-base, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de

caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas inerentes e de liquidação, bem como custos de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 (vide nota explicativa nº 2.8). Neste contexto, as motivações e divulgações pertinentes serão realizadas visando o grupo de ramo SUSEP devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de flutuações biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (TJLR), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente. Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 49,1% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 48,8%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas a salvados e ressarcimentos, foi superior à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNA e IBNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Grupo de Contratos	Riscos		Vida		Vida		PCC	
	Automovel	Financieiros	Patrimonial	Individual	Responsabilidades	Coletivo	Transportes	Rural
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.120.287	451.606	373.841	155.112	47.889	7.558	1.141	9.463
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	-	-	-	-	-	19.708	23.477	-
Dezembro de 2023								
Grupo de Contratos	Riscos		Vida		Vida		PCC	
	Automovel	Financieiros	Patrimonial	Individual	Responsabilidades	Coletivo	Transportes	Rural
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.045.128	268.650	296.101	159.140	40.710	7.665	3.086	4.369
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	-	-	-	-	-	22.589	13.064	-

3.1.4. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, plano de previdência privada, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-cidade, auxílio-bolha, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionário na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigação com aposentadorias: a Companhia participa do plano administrado pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV de modalidade CV (Contribuição Variável) focado para novas adições, e o Plano PORTOPREV II de modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adições.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios desonstacionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.1.5. PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPOSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam ocorrer de ações judiciais em curso, do litigioso civil, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado potencialmente implicando um desembolso futuro, segundo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas mensalmente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revisadas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscal e previdenciária), cujo objeto de constituição é sua legalidade ou constitucionalidade, e independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados mensalmente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente e apresentados no balanço de acordo com o conceito de "obrigação legal".

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, são praticados certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.1.6. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Reúmem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.1.7. RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.1.7.1. PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão de apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorre primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.1.3.1e).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) ativo de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.1.7.2. RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.1.8. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal de juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.1.9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, com base no método do custo amortizado, o que leva em consideração diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. Esses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de

encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros líquidos estejam disponíveis para a realização desses ativos e conforme suas expectativas de realizações. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

3.20. PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os lucros por ação são calculados no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

(i) do valor justo de ativos e passivos financeiros
(ii) da realização dos tributos diferidos
(iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais
(iv) da provisão para risco de créditos ("impairment")
(v) das provisões técnicas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1. AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que podem ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação interna e externa disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento seguro já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém entre estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2. CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os reativos, e para os prêmios a receber de seguros. Nessa área é aplicado alto grau de julgamento, para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contábeis estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas por "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3. AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAL, CIVIL E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4. CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Para definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão desses riscos, de modo a assegurar a sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, o Grupo Porto estabelece, para cada risco, uma série de indicadores, que levam em consideração os princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio delas que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

3.1.3.1. AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de Seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos, entre outras políticas aplicáveis.

3.1.3.2. TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação dos Passivos em cada data-base, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de

caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas inerentes e de liquidação, bem como custos de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 (vide nota explicativa nº 2.8). Neste contexto, as motivações e divulgações pertinentes serão realizadas visando o grupo de ramo SUSEP devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de flutuações biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (TJLR), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente. Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 49,1% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 48,8%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas a salvados e ressarcimentos, foi superior à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNA e IBNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Dezembro de 2024

Grupo de Contratos

Riscos

Vida

PCC

Final

Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados

Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados

Dezembro de 2023

Grupo de Contratos

Riscos

Vida

PCC

Final

Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados

Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados

Dezembro de 2023

Grupo de Contratos

Riscos

Vida

PCC

Final

Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados

Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados

Dezembro de 2023

Grupo de Contratos

Riscos

Vida

PCC

Final

Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados

Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados

Dezembro de 2023

Grupo de Contratos

Riscos

Vida

PCC

Final

Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados

Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados

Dezembro de 2023

Grupo de Contratos

Riscos

Vida

PCC

Final

Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados

Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados

Dezembro de 2023

Grupo de Contratos

Riscos

Vida

PCC

Final

Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados

Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados

Dezembro de 2023

Grupo de Contratos

Riscos

Vida

PCC

Final

Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados

Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados

Dezembro de 2023

Grupo de Contratos

Riscos

Vida

PCC

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61198164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guianases, 1238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação é composta por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de governança no que tange a gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as direções médias dos principais ativos passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes; e (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas a liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinações específicas não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2024, 85,2% (86,2% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos de lastro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação desses riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurados da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e jurídicas.

(c) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "rating" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratantes de resseguro. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os

resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preço, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(d) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das provisões e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o IAP (veja nota explicativa nº 3.3.12).

(e) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(f) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

Fator de risco	Cenário (I)	Impacto (II)
Juros prefixados	+50 b.p.	(138.243)
	+25 b.p.	(72.354)
	+10 b.p.	(29.718)
	+5 b.p.	(14.858)
	-50 b.p.	(365.858)
	-25 b.p.	(200.907)
	-10 b.p.	(85.492)
	-5 b.p.	(42.746)
Juros pós-fixados	+50 b.p.	(2.528)
	+25 b.p.	(1.264)
	+10 b.p.	(632)
	+5 b.p.	(316)
	-50 b.p.	(2.528)
	-25 b.p.	(1.264)
	-10 b.p.	(632)
	-5 b.p.	(316)

(I) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(II) Bruto de efeitos tributários. Resulta-se que a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos financeiros que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes cartéis de risco:

(a) **Risco de prêmio gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados.** A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os

resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preço, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das provisões e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o IAP (veja nota explicativa nº 3.3.12).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preço, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das provisões e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o IAP (veja nota explicativa nº 3.3.12).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atual para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como as expectativas de sinistros, incluem:

- Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de seguro, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros.

Cada área de produto/serviço monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guaianases, 1238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de alocação, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A alocação de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNRP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As perdas de necessidades de capital, bem como a alocação existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio líquido	6.756.552	6.554.728
(+/-) Ajustes contábeis	(4.638.739)	(4.468.644)
Participações societárias	(2.576.083)	(2.605.564)
Despesas antecipadas	(104.997)	(110.132)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(329.483)	(195.702)
Ativos intangíveis	(1.571.945)	(1.503.288)
DAC não diretamente relacionados a PPNG	(56.731)	(53.958)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(70.408)	(6.213)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(70.408)	(6.213)
(+/-) Ajustes do PLA nível 1	(437.579)	(432.436)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(425.698)	(420.342)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-)	(11.881)	(12.094)
PLA de nível 1	1.609.828	1.647.435
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmio/cont. registradas	1.297.102	1.093.075
PLA de nível 2	1.297.102	1.093.075
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	425.698	420.342
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	11.881	12.094
PLA de nível 3	437.579	432.436
Excesso de Nível 2 (-)	(303.808)	(112.277)
Excesso de Nível 3 (-)	(11.881)	(12.094)
Excesso de níveis 2 e 3	(315.689)	(124.371)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	3.028.620	3.048.575
Capital base (I)	15.171	15.171
Capital de risco (II)	2.987.984	2.892.281
Capital de risco de subscrição	2.587.180	2.521.609
Capital de risco de mercado	209.226	244.873
Capital de risco de crédito	166.553	191.567
Capital de risco operacional	102.237	105.888
Benefício da correlação entre riscos	(227.270)	(261.686)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	2.837.984	2.802.281
Suficiência de capital	190.836	246.294

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	317.176	51.171
Depósitos bancários	412.789	110.655

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

B. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

B.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

B.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos abertos		
Cotas de fundos de investimentos	1.557	1.409
Outras	2.349	2.116
Fundos exclusivos	3.906	3.525
LFTs	357.395	739.967
Cotas de fundos de investimentos	212.171	186.851
Outras	77.589	1.022.725
Ações de companhias abertas	23.522	63.040
Letras Financeiras - privadas	5.329	214.729
NTNs - B	3.265	3.265
Outras	48.594	287.283
Total	670.677	53.923
De 2024	724.600	2.015.848
De 2023	502.012	2.517.860
Circulante	674.583	53.923
Não circulante	726.157	2.519.265
% das aplicações classificadas nesta categoria:	15%	49%
Total das aplicações	4.699.017	5.056.328

B.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Carteira própria (*)		
NTNs - B	1.076.218	1.746.737
Total	1.076.218	1.746.737
Não circulante	1.076.218	1.746.737
% das aplicações classificadas nesta categoria:	23%	35%
Total das aplicações	4.699.017	3.661.424

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.451.896 (R\$ 1.933.629 em 31 de dezembro de 2023).

B.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fundos exclusivos		
NTNs - B	1.469.617	788.206
LTNs	1.424.609	788.206
Total	2.894.226	788.206
Não circulante	2.894.226	788.206
% das aplicações classificadas nesta categoria:	62%	16%
Total das aplicações	4.699.017	5.056.328

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 2.776.950 (R\$ 777.850 em 31 de dezembro de 2023).

B.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	5.107.499	4.977.486
Aplicações	5.042.844	4.783.111
Resgates	(5.327.264)	(4.623.756)
Redimensionamentos	361.901	569.045
Ajuste a valor de mercado	(168.787)	101.613
Saldo final	5.016.193	5.107.499

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio dos outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

B.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificadas no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos de acordo com sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em respectiva liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo circulante (*)	14.780.275	13.160.844
Passivo circulante	12.836.854	12.129.542
Índice de liquidez corrente	1,14	1,09

(*) Total do ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura da reserva técnica alocado em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios a receber de segurados	4.505.880	4.503.577
Redução ao valor recuperável	(2.303)	(6.103)
Riscos financeiros	1.258.772	1.024.912
Patrimonial	1.144.444	937.670
Pessoas	635.698	654.982
Transportes	44.086	34.863
Responsabilidade	41.069	37.217
Animal/veículo	17.674	8.631
Circulante	7.649.227	6.542.050
Não circulante	7.017.067	6.014.690
Total	14.666.294	12.556.740

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios a receber de segurados	4.505.880	4.503.577
Redução ao valor recuperável	(2.303)	(6.103)
A vencer	7.450.620	6.187.051
Vencidos 31 e 60 dias	22.480	21.441
Vencidos 61 e 90 dias	10.404	9.284
Vencidos 91 e 120 dias	5.478	4.826
Vencidos 121 e 180 dias	5.109	3.380
Vencidos 181 e 365 dias	5.396	1.330
Vencidos acima de 365 dias	13.486	5.694
Total	7.459.227	6.542.050

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	6.514.690	5.443.380
(+) Prêmios emitidos	18.931.162	17.374.536
(-) ICF	(1.055.280)	(954.461)
(-) Adicional de fracionamento	114.633	83.721
(-) Prêmios cancelados	(1.852.550)	(1.537.058)
(-) Rescobimentos	(17.142.349)	(15.792.433)
(Constituição)/reversão de provisões para perda	7.625.233	6.514.690
Saldo final	7.625.233	6.514.690

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	(27.360)	(13.443)
Provisões constituições	(15.792.433)	(15.792.433)
Provisões reversadas	12.581	4.182
Baixas para prejuízo (incobráveis)	1.287	4.494
Saldo final	(22.994)	(27.360)

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Produto	43,7%	43,7%
Autôvel	6 a 11	51,0%
1 a 5	12	15,5%
6 a 11	12	27,0%
Ramos Elementares	1 a 5	33,6%
6 a 11	12	39,5%
Vida	1 a 5	47,7%
6 a 11	11,1%	5,9%
12	41,2%	65,2%

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Contas a receber - diversos	31.460	50.688
Direito a ressarcimento (I)	37.436	35.822
Dividendos e JCP	2.684	2.684
Outras	71.684	87.091
Circulante	71.684	81.021
Não circulante	185	6.070

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos ramos de seguro fiança:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Expectativa de realização	4.605	57,4%
Realizações	3.669	46,1%
1º mês	2.581	13,7%
2º mês	2.107	7,3%
3º mês	1.846	4,1%
4º mês	1.092	2,4%
5º mês	1.562	1,5%
6º mês	1.526	1,1%
7º mês	1.453	0,7%
8º mês	1.408	0,6%
9º mês	1.342	0,8%
10º mês	1.337	0,5%
11º mês	1.258	0,6%
12º mês	6.288	0,6%
13º ao 18º mês	4.501	2,6%
19º ao 24º mês	2.909	2,3%
25º ao 30º mês	1.948	4,9%
Acima de 30º mês	37.436	99,99%
Circulante	21.780	29.752
Não circulante	15.656	6.070

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	35.822	35.848
Constituições	1.614	1.275
Reversões	(1.501)	(1.501)
Saldo final	37.436	35.622

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (I)	867.331	710.554
CSLL diferidos	45.321	23.342
PIS e COFINS	16.700	5.889
INSS	22.293	221
Outros	13.924	13.924
Total	965.569	754.013
Circulante	867.331	710.554
Não circulante	98.238	43.459

(I) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

B.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	12,13	11,63
Fundos exclusivos		
LTN	14,04	10,99
NTNs B - IPCA	5,74	4,45
LFTs (SELIC + Ajô/Desajô)	0,09	0,14
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	4,07	3,79

(*) Vide nota explicativa nº 7.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prêmios a receber de segurados	4.505.880	4.503.577
Redução ao valor recuperável	(2.303)	(6.103)
Riscos financeiros	1.258.772	1.024.912
Patrimonial	1.144.444	937.670
Pessoas	635.698	654.982
Transportes	44.086	34.863
Responsabilidade	41.069	37.217
Animal/veículo	17.674	8.631
Circulante	7.649.227	6.542.050
Não circulante	7.017.067	6.014.690
Total	14.666.294	12.556.740

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Reversão/Dezembro de 2024
Diferenças temporárias decorrentes de:		
Provisão para obrigações legais	310.086	19.704
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	74.760	93.548
Provisão de participação de lucros PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	102.909	169.263
Provisão sobre processos judiciais - creche e trabalhistas	94.509	11.743
Provisão para riscos de créditos - Outras provisões	22.922	8.125
Total	610.986	332.687

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade. São:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo realizado em	588.048	101.894	37.652	45.253	3.729	80.747	967.331

11.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2023	Reversão/Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	254.495	(5.049)
IR e CS sobre combinação de negócios	37.803	5.268
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	4.981	(1.155)
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	1.596	3.826
Outros	301.409	6.984
Total	609.893	4.870

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	2.018.496	2.196.232
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(807.398)	(878.493)
Juros sobre capital próprio	163.814	146.780
Equivalência patrimonial	120.439	212.569
Inovação tecnológica	56.926	e5.286
Doações/incentivos	33.763	15.007
Depósitos judiciais	18.439	-
Participação nos lucros - administradores	(41.140)	-
Outros	(16.416)	(45.709)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	355.819	393.933
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(451.579)	(484.560)
Taxa efetiva (D/A)	22,4%	22,1%

12. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Bens à venda - salvados (i)	132.661	175.883
Direito a salvados - estimados (ii)	104.381	102.380
Ativo de direito de uso (iii)	81.990	95.408
Outros	1.752	1.363
	321.384	375.034
Circulante	103.913	179.991
Alienação		

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guaranês, 1238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis.

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	27.138	13,7%	33.062	18,6%
2º mês	14.569	42,3%	15.548	43,1%
3º mês	9.065	19,4%	8.501	17,8%
4º mês	6.947	7,1%	6.252	4,9%
5º mês	5.735	3,4%	4.884	3,2%
6º mês	4.764	2,6%	3.980	2,2%
7º mês	3.983	1,5%	3.564	1,4%
8º mês	3.519	1,1%	3.162	0,9%
9º mês	3.091	1,0%	2.781	0,8%
10º mês	2.711	0,8%	2.441	0,6%
11º mês	2.486	0,5%	2.164	0,6%
12º mês	2.333	0,5%	1.878	0,5%
13º a 18º mês	9.604	0,4%	7.967	0,4%
19º a 24º mês	5.655	1,0%	3.958	1,8%
25º a 30º mês	2.778	1,2%	1.672	0,8%
Após o 30º mês	811	2,6%	520	2,2%
Total	104.981	100%	102.380	100%
Circulante	86.333		88.242	
Não circulante	18.648		14.138	

12.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	102.380	98.155
Consultas	6.317	4.225
Reversões	(3.716)	
Saldo final	104.981	102.380

12.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locais de terceiros para a condução das negócios da Companhia em diversas localidades do país.

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Taxa de depreciação (% a.a.)	Depreciação acumulada	Taxa de depreciação (% a.a.)	Depreciação acumulada
Dezembro de 2024	5,0 a 33,0	158.976 (76.986)	8,190 150.005 (64.597)	95.408

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento/redução de capital	Ajuste TVM controladas	Remuneração em ações	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Porto Vida	348.450	(15.098)	-	99.500	(24.799)	66	399.665
Azul Seguros	1.256.564	267.629	(338.000)	(59.842)	(5.570)	(2.618)	1.117.833
Porto Capitalização	172.469	36.565	(25.664)	107.500	(21.577)	15	269.288
Itaú Auto e Residência	99.541	12.002	(39.000)	-	-	(136)	72.328
Combinação de negócios (i)	983.035	-	-	-	(12.620)	-	970.415
Total	2.860.059	301.098	(402.684)	147.158	(51.948)	(2.673)	2.829.529

(i) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro S.A. celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro S.A. Decorrente da reorganização societária em 2023, tal combinação de negócios passou a ser contemplada nos investimentos da Companhia.

(ii) Referem-se às variações das taxas de juros da Provisão Complementar de Cobertura - PCC, em conformidade com a Circular SUSEP nº 678/2022, adotada a partir de janeiro de 2024 conforme indicado na nota explicativa nº 2.6.

15.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO AGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS DEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para traçar esses fluxos de caixa no valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos. Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovadas pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionados à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

16. IMOBILIZADO

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Depreciação acumulada	Taxas de depreciação (% a.a.)	Depreciação acumulada
Edificações (*)	2,4	10.625 (425)	10.200	10.625 (213)
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	203.715 (75.987)	127.728	124.691 (87.061)
Terranos	1,682	1.682	1.682	1.682
Informática	20,0 a 33,3	607.923 (446.040)	161.883	533.453 (396.070)
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	62.506 (62.483)	23	70.551 (70.551)
Rastreadores	100,0	3.249 (1.813)	1.436	4.699 (2.648)
Equipamentos	10 a 14,3	31.638 (29.416)	2.192	32.011 (32.011)
Veículos	20 a 25,0	8.255 (7.605)	650	8.279 (7.342)
Total		929.593 (623.799)	305.794	853.075 (575.919)

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Aquisições	Despesas de depreciação	Outros/transferência	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Edificações	10.412	-	(212)	-	10.200
Benefícios em imóveis de terceiros	124.691	15.947	(12.625)	1	127.728
Terranos	1.682	-	-	-	1.682
Informática	137.383	81.196	(291)	(51.630)	161.883
Móveis, máquinas e utensílios	-	-	(13)	(1.749)	4.040
Rastreadores	2.051	2.727	(161)	(3.069)	1.436
Equipamentos	-	-	(7)	(902)	4.111
Veículos	937	-	(18)	(269)	650
Total	277.156	99.870	(778)	(70.458)	305.794

17. INTANGÍVEL

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Taxas de amortização (% a.a.)	Amortização acumulada	Taxas de amortização (% a.a.)	Amortização acumulada
Software	6,67 a 25,0	2.505.069 (945.089)	1.560.790	2.281.073 (791.073)
Outros intangíveis	20	54.785 (43.590)	11.155	54.785 (41.787)
Total		2.560.824 (988.679)	1.571.945	2.336.128 (832.840)

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Aquisições	Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Software	1.490.300	227.081	(1.827)	1.560.790
Outros intangíveis	12.988	-	(1.823)	11.165
Total	1.503.288	227.081	(1.827)	1.571.945

12.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Direito de uso	95.408	3.098	(16.516)	81.990

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Automóvel	1.143.590	1.052.874
Patrimonial	396.534	343.314
Riscos financeiros	236.293	190.557
Pessoas	158.697	157.314
Outros	24.102	21.931
Total	1.959.225	1.765.990
Circulante	1.832.152	1.667.602
Não circulante	127.073	98.388
O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2024, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2023.		

13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	1.765.990	1.517.197
Constituição	3.404.419	3.065.532
Apropriação para despesa	(3.211.184)	(2.818.739)
Saldo final	1.959.225	1.765.990

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
PIS (*)	610.906	584.962
Processos judiciais com adesão ao REFIN (*)	424.206	407.524
Sinistros	23.591	20.126
INSS	2.368	2.221
Outros	58.376	58.057
Total	1.119.449	1.072.890

(*) Vide nota explicativa nº 23.1 (i).

16. CONTAS A PAGAR

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fornecedores	250.714	327.353
Participação nos lucros a pagar (i)	238.064	206.663
Provisão de benefícios a empregados	100.028	90.578
IQF a receber	39.801	32.157
Honorários a pagar	3.222	2.608
Outros	51.448	26.179
Total	683.177	685.538
Circulante	542.750	523.263
Não circulante	140.727	122.735

(i) Os pagamentos são efetuados em fevereiro e abril.

16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IQF	432.780	362.106
INSS e FGTS	53.579	32.683
IRRF	44.628	35.924
ISS	8.845	7.055
Outros	5.531	5.636
Total	543.363	443.404

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Referem-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Empréstimos bancários (i)	163.473	155.290
Arrendamentos (ii)	1.497	13.243
Circulante	166.970	168.238
Não circulante	67.193	10.528

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

(ii) Referem-se a passivos de financiamento de equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPG 06 (R2) - Arrendamentos.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor	Instituição	Emissão	Venci-mento	Remuneração (a.a.)	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Principal						
120.000	ITAÚ	2024	2027	1,37% CDI (*)	128.825	114.453
8.109	ITAÚ	2022	2026	100% CDI + 1,90%	11.994	10.615
9.000	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 1,24%	11.869	10.462
8.135	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	10.785	9.507
7.537	BRADESCO	2021	2024	100% CDI + 2,10%	-	10.253
				Total	163.473	155.290

(*) A Companhia recontatou o empréstimo em 2024 com uma taxa de remuneração menor do que a contratação anterior que era de R\$ 2,4% do CDI.

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Passivo de arrendamento	Empréstimos e debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.548	155.290	168.239
Aquisição/constituição	-	120.000	120.000
Atualização monetária	1.335	19.322	20.657
Liquidação/reversão	(11.787)	(131.139)	(142.926)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.497	163.473	166.970

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Vencidos de 1 a 30 dias	50.500	50.500
Vencidos de 31 a 60 dias	50.500	50.500
Vencidos de 61 a 120 dias	50.500	50.500
Vencidos acima de 120 dias	50.500	50.500
Total	202.000	202.000

21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de flutuos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos. A composição por prazo de vencimento deste saldo está apresentada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Corretores de seguros e resseguros	631.192	530.814
Operações com resseguradoras	90.843	83.819
Operações com seguradoras	21.768	12.885
Prêmios a restituir	21.768	10.889
Outros débitos operacionais	55.847	41.747
Total	821.430	680.254

21.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESEGUROS - "AGING"

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
A vencer	614.884	506.631
Vencidos até 30 dias	11.162	15.201
Vencidos 31 a 60 dias	1.855	2.405
Vencidos 61 a 120 dias	1.260	3.330
Vencidos acima de 120 dias	2.011	3.247
Total	631.192	530.814

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Bruto de Liquido de resseguro	9.463.312	9.401.308
Bruto de Liquido de resseguro	1.897.654	1.890.785
Provisão de prêmios não ganhos	384.483	348.532
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	141.656	141.656
Demais provisões	11.887.105	11.722.281
Total	10.892.524	10.582.921
Circulante	1.194.581	1.022.036
Não circulante	-	-

22.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESEGUROS

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.668.637	170.189
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.826.220	164.026
Diferimento pelo risco decorrido	(15.147.671)	(198.585)
Aviso de sinistros	(16.258.663)	(134.618)
Pagamento de sinistros/benefícios	(6.583.763)	(30.218)
Atualização monetária e juros	31.734	(3.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.058.999	190.896
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	16.945.041	141.424
Diferimento pelo risco decorrido	(15.147.671)	(198.585)
Aviso de sinistros	(8.360.740)	(73.172)
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.266.392)	(111.465)
Atualização monetária e juros	63.484	6.815
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.887.105	164.824

continua →

DANIELE GOMES
YOSHIDA30
141081899Assinada por
DANIELE GOMES
CPF: 0304301410
23/01/2025 16:10:30 - 07/00Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://relacionamento.estadão.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaranases, 1.238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Total das provisões técnicas (A)	11.847.105	11.058.995
Direitos creditórios (i)	6.465.603	5.456.687
Quotas de aquisição oferecidas pagos	1.426.852	1.270.572
Operações com resseguradoras	131.072	136.750
Depósitos judiciais de PSL	7.596	3.853
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.551	1.551
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	8.032.674	6.899.413
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	3.814.431	4.159.582
Títulos de renda fixa - públicos	1.070.218	1.746.737
Quotas de fundos de investimento	3.585.527	3.254.788
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	4.661.745	5.001.525
Excedente (D - C)	847.314	841.943

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros (em R\$ milhões), denominadas tabelas de observamento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos, as contas redutoras de salvados e ressarcimento, contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Administrativo - avisados	3.226	3.450	4.000	4.164	4.663	4.005	5.118	6.794	6.441	8.123
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.226	3.450	4.000	4.164	4.663	4.005	5.118	6.794	6.441	8.123
Dois anos mais tarde	3.269	3.493	4.057	4.211	4.732	4.139	5.285	7.076	6.789	-
Três anos mais tarde	3.296	3.499	4.063	4.227	4.750	4.154	5.308	7.130	-	-
Quatro anos mais tarde	3.297	3.501	4.068	4.232	4.764	4.174	5.325	-	-	-
Cinco anos mais tarde	3.298	3.503	4.068	4.234	4.735	4.182	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	3.301	3.504	4.059	4.235	4.739	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	3.301	3.505	4.060	4.244	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	3.301	3.504	4.063	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	3.301	3.505	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	3.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações	3.301	3.505	4.063	4.244	4.739	4.182	5.325	7.130	6.789	8.123
Total	3.301	3.505	4.063	4.244	4.739	4.182	5.325	7.130	6.789	8.123

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Administrativo - pagos	2.878	3.105	3.529	3.694	4.164	3.496	4.388	5.967	5.445	6.568
Montante de sinistros pagos até a data-base	2.878	3.105	3.529	3.694	4.164	3.496	4.388	5.967	5.445	6.568
Dois anos mais tarde	2.892	3.083	3.641	4.209	4.726	4.158	5.281	7.037	6.684	-
Três anos mais tarde	3.303	3.504	4.054	4.226	4.751	4.179	5.293	7.077	-	-
Quatro anos mais tarde	3.307	3.506	4.060	4.232	4.757	4.185	5.303	-	-	-
Cinco anos mais tarde	3.308	3.509	4.063	4.233	4.760	4.175	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	3.314	3.510	4.063	4.234	4.735	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	3.315	3.510	4.065	4.235	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	3.315	3.513	4.060	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	3.315	3.505	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	3.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	3.301	3.505	4.060	4.235	4.739	4.175	5.303	7.077	6.684	6.568
Passivo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSL anos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.301	3.505	4.060	4.235	4.739	4.175	5.303	7.077	6.684	6.568

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Judicial - avisados	30	30	32	35	38	48	76	65	59	177
Montante de sinistros avisados até a data-base	30	30	32	35	38	48	76	65	59	177
Dois anos mais tarde	36	38	43	49	59	94	119	97	141	-
Três anos mais tarde	57	66	76	84	86	107	125	124	-	-
Quatro anos mais tarde	63	74	88	92	92	108	136	-	-	-
Cinco anos mais tarde	69	80	85	97	109	116	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	73	84	88	104	117	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	76	88	89	107	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	77	83	87	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	77	82	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações	80	82	87	107	117	116	136	124	141	177
Total	80	82	87	107	117	116	136	124	141	177

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Judicial - pagos	8	15	12	16	17	20	30	18	14	16
Montante de sinistros pagos até a data-base	8	15	12	16	17	20	30	18	14	16
Dois anos mais tarde	28	24	29	33	35	37	51	39	40	-
Três anos mais tarde	35	38	43	49	45	47	66	58	-	-
Quatro anos mais tarde	43	48	64	68	68	59	86	-	-	-
Cinco anos mais tarde	50	55	62	72	65	76	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	58	60	65	78	84	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	61	66	68	85	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	63	67	67	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	64	70	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	68	70	67	85	84	76	96	58	40	16
Pagamentos	68	70	67	85	84	76	96	58	40	16
Passivo em 31 de dezembro de 2024	12	12	20	22	33	41	50	68	101	182
PSL anos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líquido de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrativo - avisados	3.135	3.383	3.956	4.163	4.652	4.005	5.117	6.794	6.441	8.086
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.135	3.383	3.956	4.163	4.652	4.005	5.117	6.794	6.441	8.086
Dois anos mais tarde	3.202	3.429	4.011	4.209	4.730	4.139	5.285	7.076	6.789	-
Três anos mais tarde	3.207	3.436	4.018	4.225	4.749	4.154	5.308	7.127	-	-
Quatro anos mais tarde	3.209	3.440	4.022	4.230	4.750	4.174	5.323	-	-	-
Cinco anos mais tarde	3.210	3.441	4.010	4.238	4.733	4.181	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	3.211	3.442	4.011	4.233	4.737	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	3.211	3.443	4.012	4.241	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	3.211	3.443	4.015	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	3.211	3.444	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	3.212	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações	3.212	3.444	4.015	4.241	4.737	4.181	5.323	7.127	6.793	8.086
Total	3.212	3.444	4.015	4.241	4.737	4.181	5.323	7.127	6.793	8.086

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bruto de resseguro										
Judicial - pagos	8	15	12	16	17	20	30	18	14	16
Montante de sinistros pagos até a data-base	8	15	12	16	17	20	30	18	14	16
Dois anos mais tarde	28	24	29	33	35	37	51	39	40	-
Três anos mais tarde	35	38	43	49	45	47	66	58	-	-
Quatro anos mais tarde	43	48	64	68	68	59	86	-	-	-
Cinco anos mais tarde	50	55	62	72	65	76	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	58	60	65	78	84	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	61	66	68	85	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	63	67	67	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	64	70	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	68	70	67	85	84	76	96	58	40	16
Pagamentos	68	70	67	85	84	76	96	58	40	16
Passivo em 31 de dezembro de 2024	12	12	20	22	33	41	50	68	101	182
PSL anos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líquido de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrativo - avisados	3.135	3.383	3.956	4.163	4.652	4.005	5.117	6.794	6.441	8.086
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.135	3.383	3.956	4.163	4.652	4.005	5.117	6.794	6.441	8.086
Dois anos mais tarde	3.202	3.429	4.011	4.209	4.730	4.139	5.285	7.076	6.789	-
Três anos mais tarde	3.207	3.436	4.018	4.225	4.749	4.154	5.308	7.127	-	-
Quatro anos mais tarde	3.209	3.440	4.022	4.230	4.750	4.174	5.323	-	-	-
Cinco anos mais tarde	3.210	3.441	4.010	4.238	4.733	4.181	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	3.211	3.442	4.011	4.233	4.737	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	3.211	3.443	4.012	4.241	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	3.211	3.443	4.015	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	3.211	3.444	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	3.212	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações	3.212	3.444	4.015	4.241	4.737	4.181	5.323	7.127	6.793	8.086
Total	3.212	3.444	4.015	4.241	4.737	4.181	5.323	7.127	6.793	8.086

Passivo em 31 de dezembro de 2024.	12	12	20	22	33	41	50	66	101	192	51
PSL anos anteriores.											81
Provisão de sinistros											10
Líquido de resseguro											1
Administrativo - avulsos											1
Montante de sinistros avulsos até a data-base											1
Dois anos mais tarde	3.135	3.383	3.956	4.163	4.652	4.005	5.117	6.794	8.441	8.086	8.783
Três anos mais tarde	3.207	3.436	4.018	4.225	4.749	4.154	5.308	7.127	8.717	8.086	8.783
Quatro anos mais tarde	3.209	3.440	4.022	4.230	4.752	4.174	5.323	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	3.210	3.441	4.010	4.232	4.733	4.181	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	3.211	3.442	4.011	4.233	4.737	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	3.211	3.443	4.012	4.241	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	3.211	3.443	4.015	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	3.211	3.444	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	3.212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações	3.212	3.444	4.015	4.241	4.737	4.181	5.323	7.127	8.783	8.086	8.783
											Total

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 – Rua Guaianases, 1238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-001 – São Paulo – SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 seu saldo era de R\$ 520.523 (R\$ 442.177 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas atividades e coligações ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinada a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o arrendimento de suas instalações, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, seu saldo era de R\$ 251.363 (R\$ 2.441.364 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) OUTRAS RESERVAS

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 8.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incidentes no período.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (lucro dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso não será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2024, a Administração da Companhia aprovou nas Reuniões de Diretoria as seguintes distribuições de dividendos a conta de reservas de lucros, todos os valores foram pagos na data de sua aprovação.

Para o resultado de 2024 também foram aprovados e pagos dividendos e JCP, conforme detalhamento abaixo.

Dividendos (reserva de lucros)	Valor Aprovado
30 de janeiro de 2024	122.000
28 de fevereiro de 2024	240.000
28 de março de 2024	120.000
28 de maio de 2024	50.000
28 de junho de 2024	20.000
30 de julho de 2024	150.000
29 de agosto de 2024	120.000
Total	822.000
JCP (destinação lucro 2024)	Valor Aprovado
28 de março de 2024	63.431
28 de junho de 2024	83.138
27 de setembro de 2024	151.470
28 de dezembro de 2024	112.566
Total	390.605
Dividendos (destinação lucro 2024)	Valor Aprovado
29 de agosto de 2024	100.000

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
(-) Reserva legal - 5%	1.568.917	1.711.672
(-) Reserva legal - 5%	(78.346)	(30.583)
Realização da reserva de reavaliação	2.963	28.141
Resultado básico para determinação do dividendo	1.491.534	1.709.230
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	372.884	427.308
JCP distribuído - líquido	390.605	311.909
Dividendos complementares (a)	100.000	292.000
Total de dividendos e JCP (a + b)	490.605	603.908
Total por ação (R\$)	0,7016	0,8517
Quantidade de ações	699.236	709.063
(*) Os valores de JCP distribuído são apresentados líquidos do imposto (15% de IR).		

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligações, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os critérios já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas controladas ou coligações, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia.

O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 23 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregos anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	139.905	87.325
Diferimento do exercício	133.270	125.878
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(116.571)	(73.298)
Saldo final	156.604	139.905
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	30,83	28,92
Quantidade		
Saldo inicial	4.314	2.995
Diferimento do exercício	3.682	4.380
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(4.007)	(2.071)
Saldo final	3.989	4.314

26. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Prêmios emitidos	(%)	(%)
Resp. civil facultativa veículos	7.351.860	7.357.790
Demaia - automóveis	2.063.540	2.050.990
Demaia - automóveis	1.547.080	1.369.524
Compreensivo empresarial	1.088.628	1.021.211
Vida individual e grupo	788.512	783.652
Fiança localidade	1.017.521	808.007
Demaia - vida	637.744	631.820
Compreensivo residencial	1.180.789	1.028.723
Demaia - patrimonial	436.920	420.198
Demaia - transportes	263.117	263.192
Demaia - rural	67.206	63.361
Demaia ramos	475.934	462.095
Total	16.948.941	16.258.683

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Prêmios emitidos	(%)	(%)
Resp. civil facultativa veículos	7.504.370	7.377.536
Demaia - automóveis	1.997.561	1.888.915
Compreensivo empresarial	968.933	866.355
Vida individual e grupo	775.043	727.170
Fiança localidade	777.112	677.842
Compreensivo residencial	804.736	602.456
Demaia - vida	539.963	531.500
Demaia - patrimonial	402.424	377.350
Demaia - transportes	207.273	247.703
Demaia - rural	64.200	60.535
Demaia ramos	451.925	409.314
Total	15.828.220	14.888.778

27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	reasseguro	reasseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(734.715)	(728.429)
Provisão de riscos não expirados	(8.634)	(8.634)
Outras provisões	53.071	53.071
Total	(690.278)	(683.992)

28. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Sinistros avisados - administrativo	(6.863.931)	(6.539.368)
Sinistros avisados - judicial	(140.648)	(140.648)
Salvamentos	791.921	638.290
Ressarcimentos	287.004	269.276
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(16.037)	(14.795)
Outras despesas com sinistros (i)	(416.253)	(384.703)
Total	(7.923.977)	(7.450.013)

(i) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc.).

29. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Comissões sobre prêmios recebidos	(5.811.578)	(5.442.668)
Outras despesas de comercialização (*)	(110.412)	(110.412)
Variação das despesas de comercialização diferidas	194.949	248.792
Total	(3.787.225)	(3.304.487)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1) e as despesas de comercialização não diferidas.

(*) Refere-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pró-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ganhos	(89.372)	(72.485)
Encargos sociais	(33.076)	(31.129)
Provisão para redução ao valor recuperável	(9.544)	(12.871)
Provisões concedidas a segurados	(18.129)	(18.619)
Assistências	(19.932)	(14.587)
Dispositivo anti-furto	(10.836)	(13.342)
Provisões civis	(15.181)	(20.364)
Honorários advocatícios	(9.405)	(7.224)
Outras	(11.774)	(25.222)
Total	(217.357)	(215.833)

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.181.578)	(1.042.378)
Serviços de terceiros	(975.634)	(647.215)
Localização e funcionamento	(118.789)	(368.975)
Publicidade	(133.423)	(121.344)
Donativos e contribuições	(37.090)	(32.869)
Despesas recuperadas	1.177.738	915.002
Outras	(305)	(50.513)
Total	(2.037.060)	(1.919.310)

Contempla ratão e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota 35.

32. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS	(360.516)	(354.639)
PIS	(58.584)	(57.630)
Outras	(18.899)	(14.265)
Total	(437.999)	(426.537)

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	308.065	429.213
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	129.955	165.765
Operações de juros	114.633	83.721
Variações monetárias dos depósitos judiciais	46.512	57.420
Outras	84.409	47.819
Total de receitas financeiras	683.574	783.938
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(68.412)	(48.112)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(51.703)	(25.933)
Operações de seguros	(63.565)	(31.794)
Despesas com empréstimos bancários	(22.647)	(22.293)
Juros de arrendamento	(15.271)	(15.466)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(4.416)	-
Outras	(41.208)	(42.590)
Total de despesas financeiras	(268.222)	(188.228)
Resultado financeiro	415.352	595.710

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto participam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição

variável e outro de contribuição definida. Esses planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulatória, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram no Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante. Em 31 de dezembro de 2024, os planos contavam com cerca de 4.944 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 23.605 em 31 de dezembro de 2024.

34.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	50.578	71.176
Custo dos benefícios	5.109	3.834
Custo de juros	9.483	8.532
Benefícios pagos	(14.706)	(12.837)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(2.050)	20.732
Saldo final do passivo	100.828	90.578

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2024, foram as seguintes:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,74%	5,64%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,10%	3,82%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos salários de FGTS (a.a.) - nominal	4,10%	3,92%

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do Grupo Porto;

(ii) Prestação de serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iii) Serviços de monitoramento de DAF efetuados pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Contratação de utilização do meio de pagamento cartão de crédito e arranjo de pagamento pela PortoSeg;

(v) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(vi) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(vii) Prestação de serviços de assistência aos colaboradores da Mobiltech; e

(viii) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo		
Portoseg (i)	1.716.808	1.501.484
Azul Seguros	38.834	38.896
Porto Saúde	15.309	13.463
Porto Convidado	10.234	9.094
Porto Atendimento	7.234	5.666
CDF S.A.	6.697	-
Porto Vida e Previdência	2.267	1.596
Itai Auto e Residência	1.079	3.611
Porto Capitalização	1.758	1.281
Porto Assistência (ii)	-	6.507
Demaia	5.796	6.054

Passivo

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Seguro S.A.	994	2.048
Demaia	994	2.048

(i) O saldo está contido no montante de prêmios a receber.

(ii) A Porto Assistência foi incorporada pela CDF S.A. em fevereiro de 2024.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas		
Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023
Azul Seguros	348.993	319.062
Portoseg	239.823	235.097
Porto Saúde	171.818	142.691
Porto Convidado	120.331	86.422
CDF S.A.	86.473	71.253
Porto Atendimento	84.572	71.253
Itai Auto e Residência	26.470	41.020
Porto Vida	24.506	25.759
Porto Capitalização	18.471	13.115
Serviços Médicos	9.269	6.517
Porto Assistência Participações	9.982	58
Porto Saúde Goupacional	6.602	6.197
Proteção e Monitoramento	6.448	6.996
Porto Asset Management	6.151	6.477
Porto Serviços e Comércio	4.914	8.863
Portopar	4.261	6.039
Porto Renew	4.011	2.504
Porto Seguro S.A.	3.581	68
Mobiltech	2.368	10.838
Porto Assistência (i)	-	90.226
CDF Ltda. (i)	-	17
Demaia	3.349	1.469
Total	1.189.664	1.080.690

(i) A Porto Assistência é a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente.

35.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Participação nos lucros - administradores	(129.400)	(104.862)
Honorários de diretoria e encargos	(39.587)	(29.503)
Total	(168.987)	(134.365)

36. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuído aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui de instrumentos financeiros convertíveis em ações próprias ou transações que possam exercer efeito dilutivo ou antilutativo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	1.566.917	1.711.672
Média ponderada do número de ações durante o exercício	699.236	709.063
Resultado por ação básico e diluído	2.2409	2.4140

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede, Avenida Rio Branco, 1439 - Rua Quilombos, 1.238 - Campos Eliseos - CEP. 01205-001 - São Paulo - SP



continuação

DIRETORIA				
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Presidente	LUIS AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	MARCOS ROGÉRIO SIRELLI Diretor de Tecnologia da Informação	IZAK RAFAEL BENADERET Diretor
PAULO SÉRGIO KAKINOFF CEO Seguros	MARCOS ROBERTO LOUÇAO Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos	CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM Diretor de Produto - Seguros de Pessoas	LUIS VICENTE GUARANA LAPENTA Diretor
PATRICIA CHACON JIMENEZ COO (Chief Operating Officer) - Seguros	LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente	JAIME SOARES BATISTA Diretor Produto Automóvel	JARBAS DE MEDEIROS BACIANO Diretor de Produto - Ramos Elementares	MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA Diretor
CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	SAMI FOGUEL Diretor Vice-Presidente	DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA Diretor	PATRICIA QUIRICO COIMBRA Diretor de Gente e Cultura	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor
				TIAGO VIOLIN Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Controladora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuarial - MBA nº 1598

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Ações, Conselheiros e Acionistas da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais São Paulo - SP

Objetivo
Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as informações e notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 2 da seção 1 "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13 e 22, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 11.887.105 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, risco de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na construção de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e providência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos riscos envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridas e não avisadas e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuantes para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e providência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensiblenizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade dos controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quanto aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso das bases contábeis na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria com base nesse objetivo. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formulação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das

demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos tomamos com base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão do planejamento de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa (a) valor(s) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falalação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Conduzimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e a base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

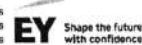
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP/304519/O
Patrícia D Paula da Silva Paiz
Controladora - CRC-SP/198827/O



PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

As Ações e Administradores da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais São Paulo - SP

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião independente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais

requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade é expressar opinião sobre se efetivamente a adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios aprovados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação

econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os relatórios itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados a Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuarial - MBA 947



DANIELE GOMES YOSHIDA 3
014108189
9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadão.com.br/publicacoes/>

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balanço encerrado em 31 de dezembro 2024

(valores em milhares de reais)

Ativo

Ativo Circulante – A C (*).....	10.809.765
Realizável a Longo Prazo – R L P	6.972.912
Investimentos, Imobilizado e Intangível.....	4.703.268
Ativo Total – AT	22.485.945

Passivo

Passivo Circulante – P C	12.936.844
Passivo Não Circulante – P N C	2.792.549
Patrimônio Líquido – P L	6.756.552
Passivo Total – PT	22.485.945

Indicador de Análise Econômico-Financeiro

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$\frac{A C + R L P}{P C + P N C} = \frac{17.782.677}{15.729.393} = 1,13$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{A T}{P C + P N C} = \frac{22.485.945}{15.729.393} = 1,43$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{A C}{P C} = \frac{14.780.276}{12.936.844} = 1,14$$

Grau de Endividamento (GE):

$$\frac{P C + P N C}{A T} = \frac{15.729.393}{22.485.945} = 0,70$$

Gerência de Capital de Terceiros (GCT)

$$\frac{P L}{P C + P N C} = \frac{6.756.552}{15.729.393} = 0,43$$

Nota explicativa:

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2024, (vide nota explicativa nº. 8.4), a Companhia considera, para efeito do cálculo de Índice de

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**Balanço encerrado em 31 de dezembro 2024**

Liquidez Corrente, que as aplicações financeiras classificadas no longo prazo como títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 3.970.511 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente pelas características dos papéis, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondendo à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141
081899

Assinado de forma digital
por DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141081899
Dados: 2025.03.17
13:49:30 -03'00'

Daniele Gomes Yoshida
Contador - CRC 1SP 255783/O-1